



CÂMARA MUNICIPAL DE
AUGUSTINÓPOLIS

RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO

EXERCÍCIO
2024



**CÂMARA MUNICIPAL DE
AUGUSTINÓPOLIS**

RESPONSÁVEIS

Presidente da Câmara: Elionardo Batista Costa

CPF: xxx.781.751-xx

Controle Interno: Ygor Wesley Costa

CPF: xxx.979.271-xx

Contador: Miqueias Costa Lima

CPF: xxx.661.591-xx

INTRODUÇÃO

Em cumprimento ao disposto no Artigo 74 da Constituição Federal, nos Artigos 54 e 59 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e nos Artigos 75 a 80 da Lei nº 4.320/1964. O presente relatório tem por finalidade o desempenho financeiro e administrativo da Câmara Municipal de Augustinópolis durante o ano de 2024 com transparência, eficiência e o compromisso da boa aplicação dos recursos públicos.

O relatório abrange uma análise detalhada da execução financeira, das despesas realizadas, dos repasses, dos gastos com pessoal, bens patrimoniais, bem como das licitações e contratos realizados pela Câmara Municipal.

Relatório emitido em atendimento ao disposto no Artigo 74 da Constituição Federal; Artigos 54 e 59 da Lei Complementar nº 101/2000 Lei de Responsabilidade Fiscal e Artigos 75 a 80 da Lei nº 4.320/1964 que *"Estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal"* para a elaboração que integra a Prestação de Contas Ordenador do Exercício Financeiro de 2024.

O relatório consistirá no controle da execução orçamentária das despesas do Poder Legislativo Municipal, analisando os créditos orçamentários e adicionais, financeiro, despesa e repasses, gastos com pessoal, bens patrimoniais, licitações e contratos.

O conteúdo constante do presente relatório consiste no atendimento a legislação vigente que resulta em ações demonstradas de forma geral, sintética e concisa, que terão como objetivos:

- Garantir a veracidade das informações e dos relatórios contábeis financeiros e operacionais;
- Prevenir erros e irregularidades e, em caso de ocorrência destes, possibilitar corrigi-los;
- Localizar erros e desperdícios promovendo ao mesmo tempo a uniformidade e a correção ao registrarem-se as operações;
- Estimular a eficiência do pessoal mediante a discussão e acompanhamento através de informações do controle interno;
- Salvar os ativos e, de modo geral, obter-se um controle eficiente sobre todos os aspectos operacionais da entidade;



CÂMARA MUNICIPAL DE AUGUSTINÓPOLIS

DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS E ADMINISTRATIVAS

Durante o ano de 2024 do poder legislativo municipal temos os seguintes dados:

Ofícios expedidos (câmara em geral) 104

Ofícios expedidos vereadores individuais 57

Leis aprovadas no total 31

Resoluções aprovadas 02

Decretos Legislativo 07

Portarias 9

Sessões Ordinárias 49

Sessões Extraordinárias 02

Sessões Itinerantes 00

DESPESAS

Compreende-se por despesa o conjunto de dispêndios realizados pelos entes públicos para o funcionamento e a manutenção dos serviços públicos prestados à sociedade (despesas correntes) ou para a realização de investimentos (despesas de capital).

ADENDO III A PORTARIA SOF N. 15/06/78

RESUMO GERAL DA DESPESA		NATUREZA DA DESPESA		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÕES	ELEMENTO	NATUREZA DESPESA	CATEG. ECONÔMICA
3.0.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	2.454.729,73
3.1.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	1.185.860,71	0,00
3.1.90.00.00	APLICACOES DIRETAS	0,00	1.185.860,71	0,00
3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	1.094.410,11	0,00	0,00
3.1.90.13.00	OBRIGACOES PATRONAIS	91.450,60	0,00	0,00
3.3.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	1.268.869,02	0,00
3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	1.268.869,02	0,00
3.3.90.14.00	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	96.500,00	0,00	0,00
3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	389.230,89	0,00	0,00
3.3.90.35.00	SERVICOS DE CONSULTORIA	317.538,50	0,00	0,00
3.3.90.36.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	150,00	0,00	0,00
3.3.90.39.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURI	415.297,08	0,00	0,00
3.3.90.40.00	SERV TECNOLÓGIA DA INFORMAÇÃO - P J	2.648,65	0,00	0,00
3.3.90.47.00	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	47.503,90	0,00	0,00
4.0.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	2.184,00
4.4.00.00.00	INVESTIMENTOS	0,00	2.184,00	0,00
4.4.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	2.184,00	0,00
4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.184,00	0,00	0,00
		2.456.913,73	2.456.913,73	2.456.913,73



CÂMARA MUNICIPAL DE AUGUSTINÓPOLIS

Quadro - Despesas Por Categoria Econômica e Grupo de Natureza da Despesa

RECEITAS				DESPESA			
TÍTULOS	PREVISÃO R\$	EXECUÇÃO R\$	DIFERENÇAS R\$	TÍTULOS	FIXAÇÃO R\$	EXECUÇÃO R\$	DIFERENÇAS R\$
RECEITAS CORRENTES				CRÉDITOS ORÇAMENTO SUPLEMENTARES	2.576.576,91	2.456.913,73	119.663,18
RECEITA TRIBUTÁRIA				DESPESAS CORRENTES	2.564.495,01	2.454.729,73	109.765,28
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES				PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.217.725,22	1.185.860,71	31.864,51
RECEITA PATRIMONIAL				JUROS/ENCARGOS DA DÍVIDA			
RECEITA AGROPECUÁRIA				OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.346.769,79	1.268.869,02	77.900,77
RECEITA INDUSTRIAL				DESPESAS DE CAPITAL	12.081,90	2.184,00	9.897,90
RECEITA DE SERVIÇOS				INVESTIMENTOS	12.081,90	2.184,00	9.897,90
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES				INVERSÕES FINANCEIRAS			
OUTRAS RECEITAS CORRENTES				AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA			
RECEITAS DE CAPITAL				CRÉDITOS ESPECIAIS			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO				DESPESAS CORRENTES			
ALIENAÇÃO DE BENS				DESPESA DE CAPITAL			
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS				RESERVA DE CONTINGÊNCIA			
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL				CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS			
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
RECEITAS INTRAGOVERNAMENTAIS				TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS		9.108,71	-9.108,71
RECEITAS DE DEDUÇÕES				SUPERAVIT FINANCEIRO			
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		2.456.580,60	-2.456.580,60	SOMA:	2.576.576,91	2.466.022,44	110.554,47
SUPERAVIT FINANCEIRO							
SOMA:		2.456.580,60	-2.456.580,60				
DEFICIT:		9.441,84					
TOTAL:		2.466.022,44		TOTAL:		2.466.022,44	

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - ANEXO 12

ESTOQUES

Quadro - Movimentação de Estoque/Conta - Uso de Material de Consumo

PERÍODO	TIPO	VALOR R\$
Janeiro	Baixa	35.966,31
Fevereiro	Inscrição	26.846,43
	Baixa	25.986,43
Março	Inscrição	33.486,53
	Baixa	32.766,90
Abril	Inscrição	32.279,46
	Baixa	31.843,24
Maio	Inscrição	44.035,15
	Baixa	43.028,66
Junho	Inscrição	26.023,55
	Baixa	25.976,22
Julho	Inscrição	25.190,61
	Baixa	24.843,27
Agosto	Inscrição	35.005,99
	Baixa	34.987,99
Setembro	Inscrição	35.796,28
	Baixa	34.971,22
Outubro	Inscrição	43.387,63
	Baixa	43.845,60
Novembro	Inscrição	39.838,89
	Baixa	39.641,22
Dezembro	Inscrição	10.774,06
	Baixa	10.945,01



CÂMARA MUNICIPAL DE AUGUSTINÓPOLIS

SALDO ALMOXARIFADO EM 31/12/2024	16.829,27
----------------------------------	-----------

Fonte: Sistema contabilidade

DESPESAS COM PESSOAL X RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Quadro - Limite de Gasto com Pessoal da Câmara

PODER ÓRGÃOS	DESPESA COM PESSOAL LÍQUIDA	DESPESA/RCL	LIMITE PARA ALERTA (art. 59, §1, da LRF)	LIMITE PRUDENCIAL	LIMITE MÁXIMO
Legislativo	1.415.899,21	2,12%	5,40%	5,70%	6,00%

Fonte: Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Anexo I do RGF - Exercício de 2024, 6ª Remessa

LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS

TOTAL DAS DESPESAS DO PODER LEGISLATIVO

Quadro - Despesas do Poder Legislativo

POPULAÇÃO	FUNDAMENTAÇÃO	LIMITE %	RECEITA	LIMITE LEGAL	DESPESA	% APLICADO	SITUAÇÃO
18.286 habitantes	Artigo 29-A, I da CF/88	7	35.094.008,46	2.456.580,59	2.456.913,73	7,00	Regular

Fonte: Repasse ao Legislativo e Anexo 12 da Lei 4.320, Demonstrativo do Repasse ao Legislativo e Anexo 11

TOTAL DOS GASTOS COM A FOLHA DE PAGAMENTO

Quadro - Despesas do Poder Legislativo

Quadro - Despesas do Poder Legislativo

FUNDAMENTAÇÃO	ÍNDICE %	RECEITA	LIMITE LEGAL	DESPESA	DIFERENÇA	% APLICADO	SITUAÇÃO
Artigo 29-A, § 1º da CF/88	70%	2.456.580,59	1.719.606,41	1.415.899,21	- 303.707,20	57,64	Regular

Fonte: Repasse ao Legislativo e Anexo 1 do RGF - Exercício de 2024 e Resolução TCE-TO nº 127/2018

Conforme quadro acima podemos verificar que o valor gasto com Pessoal no Exercício de 2024 está em conformidade com as determinações legais, atingindo o percentual de 57,64%. Os comprovantes de pagamento dos subsídios dos Vereadores e o vencimento/remuneração dos demais servidores, encontram-se em anexo, às notas de empenho.

FIXAÇÃO DOS SUBSÍDIOS DOS VEREADORES

Quadro - Subsídios dos Vereadores

POPULAÇÃO	FUNDAMENTAÇÃO	ÍNDICE %	SUBSÍDIO DEPUTADO	LIMITE LEGAL	VALOR FIXADO - VEREADOR	VALOR FIXADO - PRESIDENTE	DIFERENÇA A MENOR - PRESIDENTE	SITUAÇÃO
18.286 habitantes	Artigo 29, VI "b" da CF/88	30	33.006,39	9.901,92	6.000,00	9.000,00	901,92	Regular

Fonte: Resolução 02/2020

A Constituição instituiu a exclusividade do subsídio, ou seja, de um valor único a ser pago em retribuição aos serviços dos Agentes Políticos. Assim, os Vereadores recebem apenas subsídio, não fazendo jus a qualquer outro tipo de remuneração, excluindo as despesas de caráter indenizatório.

LIMITE DE REPASSE AO PODER LEGISLATIVO

- O artigo 29-A da Constituição Federal dispõe que a despesa total do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores, e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar os limites que variam de 3,5% a 7%, a depender da população do município, do somatório das receitas tributárias e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizados no exercício anterior.
- Para verificação do limite da Despesa do Poder Legislativo, nos termos do art. 29-A, considerou-se, para o Município de Augustinópolis, uma população de 17.484 habitantes, com base no censo de 2024 do IBGE.
- Estabelece ainda o art.29-A, que constitui crime de responsabilidade do chefe do Poder Executivo efetuar repasse superior ao limite acima mencionado, não o enviar até o dia vinte de cada mês e enviá-lo a menor em relação à proporção fixada na Lei Orçamentária (§ 2º, I a III). O quadro abaixo demonstra o valor repassado ao Poder Legislativo:

Quadro - Repasse ao Poder Legislativo

DESCRIÇÃO VALOR	DESCRIÇÃO VALOR
TOTAL DAS RECEITAS	35.094.008,46
VALOR MÁXIMO PARA REPASSE DO DUODÉCIMO EM 2024 (Art. 29-A, I da CF)	2.456.580,59
VALOR MÍNIMO PARA REPASSE DO DUODÉCIMO LOA 2024 (Art. 29-A, §2, III da CF)	2.576.576,91
VALOR REPASSADO AO LEGISLATIVO EM 2024	2.456.580,60
% Repassado ao Legislativo em 2024	7,00%

Fonte: Demonstrativo do Repasse ao Legislativo - Exercício de 2024

Quadro - Comparativo de Repasses Concedidos e Recebidos

VALOR CONCEDIDO PELO EXECUTIVO	VALOR RECEBIDO PELA CÂMARA
2.456.580,60	2.456.580,60

Fonte: Fonte: Demonstrativo do repasse e Balancete de verificação - Exercício de 2024

O valor do repasse do duodécimo recebido pela Câmara Municipal no Exercício Financeiro de 2024 está de acordo com as normas legais.

CONTRIBUIÇÃO PATRONAL

- a) Com base nos dados Contábeis calcula-se o percentual da contribuição patronal dos servidores que contribuem para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS da Câmara Municipal, visando verificar o cumprimento dos percentuais fixados em lei.

Regime Geral de Previdência Social

Quadro - Apuração da Contribuição Patronal - RGPS - Execução Orçamentária:

DENOMINAÇÃO CRITÉRIO VALOR	DENOMINAÇÃO CRITÉRIO VALOR	DENOMINAÇÃO CRITÉRIO VALOR
I - Vencimentos e Vantagens – Fixas Pessoal Civil	Elementos de despesa: 3.1.90.11 (-) 3.1.90.11.42, 3.1.90.11.44	1.094.410,11
II - Contratos Temporários	Elementos de despesa: 3.1.90.04 (-) 3.1.90.04.15	0,00
III – Soma	(I+II)	1.094.410,11
IV - Contribuição Patronal	Elementos de despesa: 3.1.90.13 (-) 3.1.90.13.15, 3.1.90.13.40 (+) 3.1.90.04.15	91.450,60
V - % Percentual Apurado	(IV/III*100)	8,36%

Fonte: Arquivo Liquidação - Exercício de 2024.

A Câmara Municipal de Augustinópolis, atingiu o percentual de **8,36%** de contribuição patronal, sobre a folha dos servidores que contribuem para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS, percentual que está acima de 8%, atendendo ao estabelecido no inc. I, do art. 22, da Lei Federal nº 8212/1991.

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

(Artigo 8º - Lei Complementar n.º 101/12000)

DESPESA E RECEITA–EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O planejamento governamental do poder legislativo é de responsabilidade institucional da Câmara Municipal e tem como objetivo principal controlar os gastos públicos, em consonância com as diretrizes estabelecidas na Lei Orçamentária Anual (LOA), bem como, o seu acompanhamento da execução orçamentária através da Mesa Diretora.



CÂMARA MUNICIPAL DE AUGUSTINÓPOLIS

Conforme os quadros, podemos verificar que o Gestor obedeceu ao cronograma de desembolso, tendo contraído obrigações inferiores à Receita.

Não consta Resto a Pagar para o Exercício Financeiro de 2024. Quanto aos repasses recebidos foram em conformidade com a exigência constitucional e devidamente contabilizados.

APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Destacamos o valor de rendimentos de Aplicações Financeiras em R\$ 1.048,90 e o total dos rendimentos foram repassados ao poder executivo.

PUBLICAÇÃO LEGAL DOS RELATÓRIOS

O Relatório de Gestão Fiscal, Balanço Orçamentário e demais Relatórios, bem como, os atos administrativos praticados pelo Poder Legislativo, pelo qual foi constatado, foram legalmente formalizados e publicados, obedecendo à legislação pertinente.

CONTROLE DE BENS PATRIMONIAIS

Os bens patrimoniais foram levantados e verificados para posterior reavaliação e depreciação, estando sob a guarda do Poder Legislativo, devidamente incorporados e etiquetados.

RELAÇÃO PATRIMONIAL

Ocorreu no exercício de 2024 aquisição de bens moveis, no valor de R\$ 2.184,00.

CONCLUSÃO

Elaboramos o Relatório Anual nos aspectos relevantes, voltados para as informações contidas nas demonstrações orçamentárias e contábeis, e os procedimentos operacionais efetuados no dia a dia por nossos Servidores.



CÂMARA MUNICIPAL DE AUGUSTINÓPOLIS

A responsabilidade do Controle Interno reside na coordenação técnica dos trabalhos administrativos executados, com observância aos princípios de controle interno, o inter-relacionamento entre os controles que compõem a Unidade, a análise do controle quanto à relação custo-benefício e quanto à verificação dos já constituídos.

Através da documentação analisada, dos procedimentos operacionais que acompanhamos e com base nos relatórios simplificados que recebemos da Contabilidade da Câmara, não constatamos falhas, irregularidades ou desperdícios na gestão dos recursos repassados.

Avaliamos os resultados quanto à eficiência e à eficácia da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, e verificamos os limites para inscrição de despesas em Restos a pagar, os limites constitucionais e as condições para a realização da despesa total com pessoal.

Verificamos que não houve despesas inscritas em Restos a pagar, o que ocorreu no Exercício Financeiro de 2024 e saldos na conta depósitos, que também se encontra perfeitamente correta, e os valores referentes a contribuições previdenciárias devidas ao INSS devidamente recolhidos. Portanto, não temos nenhum impacto de valores sobre o total da dívida flutuante.

Foram detalhadas as despesas pagas das obrigações patronais ao INSS distinguindo os valores repassados da parte dos Vereadores e Servidores (descontadas proporcionalmente ao subsídio e vencimentos/remuneração e parâmetro da tabela do INSS) e da parte do empregador.

Não constatamos nenhuma ação ou omissão do Gestor que implique em instauração de procedimento para Tomada de Contas no decorrer do Exercício.

Destaca-se por fim, quanto às atribuições da Unidade de Controle Interno, que todas as atividades desenvolvidas, os relatórios realizados e outras comunicações encontram-se arquivadas e disponíveis para análise desse Egrégio Tribunal de Contas.

É o Parecer.

Augustinópolis/TO, 31 de dezembro de 2024.

YGOR WESLEY
COSTA:04597927174

Ygor Wesley Costa
Controle Interno

Assinado de forma digital
por YGOR WESLEY
COSTA:04597927174